



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 13 de setembro de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quinta-feira		Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,48% São Paulo	134.572	R\$ 5,618 (-0,56%)	R\$ 1.412	R\$ 6,218	10,40%	10,62%	
0,58% Nova York	9/9 10/9 11/9 12/9	Últimos					
		6/setembro 5,590					Abril/2024 0,38
		9/setembro 5,582					Mai/2024 0,46
		10/setembro 5,655					Junho/2024 0,21
		11/setembro 5,649					Julho/2024 0,38
							Agosto/2024 -0,02

## CONJUNTURA

# IR: isenção até R\$ 5 mil deve ficar para 2026

Ministro Fernando Haddad diz que entregou a Lula estudos para permitir a medida prometida até o fim do mandato

» FERNANDA STRICKLAND  
» ROSANA HESSEL



**Temos um tempo relativamente longo para aprovar a medida, e os cenários todos preveem a possibilidade de cumprimento dessa promessa"**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai decidir, em breve, sobre um projeto para garantir a isenção de Imposto de Renda Pessoa Física (IR-PF) para quem ganha até R\$ 5 mil, uma das promessas de campanha do petista. A informação é do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele contou que entregou ao chefe do Executivo estudos preparados por técnicos da pasta.

"O presidente encomendou da área da Fazenda estudos que permitissem chegar no último ano do seu governo à cifra de R\$ 5 mil, e nós apresentamos para ele alguns cenários", relatou Haddad, no programa Bom dia, ministro, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). "Nós temos um tempo relativamente longo para aprovar a medida, e os cenários todos preveem a possibilidade de cumprimento dessa promessa."

O ministro afirmou que Lula ainda deve conversar com outros ministros sobre as propostas quando achar "conveniente", mas já considerou que pelo menos um dos caminhos oferecidos é "promissor do ponto de vista econômico e político." O titular da Casa Civil, Rui Costa, está a par dos projetos desenhados pela Fazenda, de acordo com Haddad. Ele ainda afirmou que, em relação ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a atual gestão "fez muito mais (mudanças na tabela do IR) do que o governo anterior".

Essa medida, que já foi prometida em outras campanhas e por vários candidatos, tem elevados riscos fiscais para ser implementada. Estimativas de fontes

da Esplanda sobre o impacto nas contas públicas variavam de R\$ 60 bilhões a R\$ 70 bilhões por ano — algo entre 0,3% e 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas esse volume, atualmente, deve ser bem maior, porque as contas foram feitas há mais de cinco anos. As fontes lembram ainda que o governo precisará de uma receita recorrente equivalente para que essa isenção possa ser paga todos os anos, caso contrário, o rombo fiscal tende a crescer ainda mais e a dívida pública bruta seguirá em trajetória crescente e que está cada vez mais perto de 80% do PIB — patamar insustentável para países emergentes.

Vale lembrar que a isenção do IRPF de para quem ganha até dois salários mínimos, que passou a valer neste ano, gerou um custo anual de R\$ 3,5 bilhões, conforme estimativas da Receita Federal. E, como o Orçamento tem 92% dos gastos obrigatórios, conforme dados do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025, cumprir a meta de déficit

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Ao falar sobre a proposta de isenção do IR, ontem, o titular do Ministério da Fazenda disse que, pelo menos, "um dos caminhos é promissor"

primário zerado no ano que vem parece cada vez mais impossível, pois R\$ 166 bilhões de receitas previstas ainda são incertas. Além disso, várias despesas, incluindo a desoneração da folha, estão subestimadas no Ploa.

Haddad, contudo, manteve o otimismo e afirmou que os números da economia brasileira merecem ser comemorados, como a inflação controlada e crescimento

do PIB acima das expectativas. Entretanto, admitiu que é necessário se manter atento ao futuro, pois variáveis naturais, políticas e geopolíticas podem ter impacto. "Você tem toda a legitimidade de comemorar: o PIB está crescendo, o desemprego está baixo, a inflação está baixa e sob controle, mas sempre é preciso ficar atento à próxima curva, porque não se sabe o desafio que vamos ter que enfrentar."

De acordo com o ministro, o índice de miséria do Brasil — soma da taxa de desemprego e da inflação — está em um dos menores níveis da série histórica, com desemprego e inflação baixos. "Estamos no melhor dos mundos", comemorou. Ele voltou a afirmar que o Brasil tem avançado em reformas estruturais e citou a tributária. Mencionou, também, o novo arcabouço

fiscal — que, na avaliação dele, é "inovador, respeitado e elogiado mundo afora". Ao reconhecer que as contas do governo federal estão desequilibradas desde 2015, afirmou que para fazer o ajuste fiscal, é preciso critérios diante de tantos lobbies. "Não tem lobby de pobre em Brasília, você não tem manifestação de gente pobre pedindo. É um inferno isso aqui", afirmou.

## Desoneração com dinheiro esquecido

» RAFAELA GONÇALVES

O projeto de lei que trata das medidas de compensação para a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e municípios, após a aprovação pelo Legislativo na noite de quarta-feira, seguiu ontem para a sanção presidencial. Contudo, o texto conta com um trecho polêmico que autoriza o governo a utilizar recursos esquecidos em contas bancárias por pessoas físicas e jurídicas que ainda não foram reclamadas pelos titulares.

A estimativa é de que o uso desse recurso parado nos bancos seja capaz de arrecadar R\$ 8,5 bilhões para ajudar no cumprimento da meta fiscal de déficit zero neste ano. Ao todo, as medidas de compensação previstas na proposta precisam cobrir uma renúncia fiscal estimada em R\$ 25 bilhões apenas em 2024, com a prorrogação do benefício.

O uso do dinheiro esquecido foi alvo de embate de governistas com parlamentares de oposição, que obstruíram a sessão contestando a constitucionalidade da medida. Para deputados contrários ao governo, a medida se trata de "confisco" e "expropriação". "O governo vive no déficit, precisa zerar a meta fiscal e vai colocar

o dinheiro do povo ali como se fosse receita primária. A gente sabe que não é receita primária. É muito triste o que está acontecendo, estão metendo a mão no nosso dinheiro", disse a deputada Adriana Ventura (Novo-SP).

A oposição afirmou que questionará o trecho junto ao Supremo. "Se a pessoa não reclamar o valor esquecido em até dois anos, ele entra para o patrimônio público. Isso é confisco, que é proibido pela Constituição Federal, isso é gravíssimo. Se o beneficiário tiver dificuldade em acessar o sistema, uma pessoa, idosa, doente, fora do país, cujo advogado abandonou a causa, essa pessoa vai sofrer um dano irreparável", destacou a deputada Bia Kicis (PL-DF).

Em nota técnica, o Banco Central defendeu a rejeição do trecho, argumentando que esses valores não poderiam ser registrados como receita primária. O texto foi relatado em Plenário pelo líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), que apresentou uma emenda de redação para resolver o impasse sobre a contagem do dinheiro de depósitos esquecidos no cálculo do resultado fiscal. "As contas esquecidas devem entrar para efeito contábil, não para o primário do governo", explicou.

### Transição

A reoneração gradual da folha de pagamentos seguirá o seguinte calendário

<b>2024</b> Contribuição previdenciária: não haverá (desoneração da folha) Contribuição sobre faturamento: 1% a 4,5%	faturamento: 0,6% a 2,7%
<b>2025</b> Contribuição previdenciária: 5% Contribuição sobre faturamento: 0,8% a 3,6%	<b>2027</b> Contribuição previdenciária: 15% Contribuição sobre faturamento: 0,4% a 1,5%
<b>2026</b> Contribuição previdenciária: 10% Contribuição sobre	<b>2028</b> Contribuição previdenciária: 20% (reoneração integral) Contribuição sobre faturamento: não haverá
	Fonte: PL 1847/24

A nova regra prevê que os cidadãos terão 30 dias após a publicação para retirar o dinheiro esquecido. Passado esse prazo, os valores poderão ser incorporados pelo Tesouro. De acordo com o texto, após a apropriação pelo governo, o Ministério da Fazenda terá que publicar no Diário Oficial um edital relacionando os valores recolhidos, o banco, a agência e o número da conta onde eles estão depositados.

O titular da conta terá 30 dias para contestar o recolhimento

do valor pelo governo. Esgotado esse prazo, os valores recolhidos não contestados ficarão incorporados de forma definitiva ao Tesouro Nacional. O titular dos recursos ainda terá seis meses para requerer judicialmente o reconhecimento de direito aos depósitos.

Apesar de estabelecer esses prazos, no projeto também está previsto que os valores que já foram para o Tesouro poderão ser solicitados diretamente às instituições financeiras até o dia 31

de dezembro de 2027, mas não há detalhes sobre como esse processo será intermediado.

Segundo o advogado Ranieri Genari, especialista pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet), a "medida é legal", apesar de denotar "certa imoralidade da administração pública". "A própria autoridade monetária precisou alertar o governo e os deputados de que a forma como o texto estava, ao considerar o dinheiro esquecido como receita orçamentária primária, ia em desacordo às boas práticas de contabilidade pública. Em outras palavras, seria o mesmo que forçar o Banco Central a promover, de forma artificial, registros de superavit primário", avaliou.

Entre as fontes de compensação, foram incluídos ainda precatórios não resgatados no prazo de dois anos e depósitos judiciais que também não tenham sido retirados, dispositivo que também foi fortemente criticado pela oposição. As demais medidas para compensar a renúncia fiscal preveem a utilização de recursos da taxação de compras internacionais, repatriação de recursos do exterior, pente-fino em benefícios sociais, regularização de ativos, além de regularização de multas de agências reguladoras.

## Retomada gradual

O texto aprovado pelos parlamentares prevê a retomada gradual da reoneração a partir de 2025, com alíquota crescente, partindo de 5% até 20%, com o fim da desoneração da folha, em 2028.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, considerou uma vitória a construção de consenso em torno do tema. "Foi muito difícil. Foram mais de 10 anos tentando reverter isso e ninguém conseguia. Agora, chegou o momento envolvendo o Supremo Tribunal Federal (STF), o Senado e a Câmara. Chegou o momento de pôr ordem nesse programa, que custou mais de R\$ 200 bilhões", disse o ministro, ontem, em entrevista para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A desoneração é uma política que teve início em 2012. O objetivo era incentivar a contratação e a contribuição previdenciária de 17 setores foi substituída por um percentual do faturamento. Em vez de o empresário pagar 20% sobre a folha, paga de 1% a 4,5%, da receita. Esse tema se arrasta desde novembro do ano passado, quando o presidente Lula vetou integralmente o projeto de lei que estendia o benefício fiscal até 2027. O Congresso, então, derrubou o veto e o governo recorreu ao Supremo para solucionar a questão. (RG)